COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.275, DE 2015

(Apensados: PL nº 4.548/2016, PL nº 4.986/2016, PL nº 5.034/2016 e PL nº 5.941/2016)

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer reserva de vagas em estacionamentos públicos para mulheres a partir do sexto mês de gestação e até 30 (trinta) dias após o parto.

Autor: SENADO FEDERAL – Senador LOBÃO FILHO

Relatora: Deputada MARA GABRILLI

I - RELATÓRIO

Encontra-se no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família o Projeto de Lei nº 3.275, de 2015, oriundo do Senado Federal, que cuida de modificar a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer reserva de vagas em áreas de estacionamento localizadas em vias ou espaços públicos próximas aos acessos de circulação de pedestres e devidamente sinalizadas em favor de veículos que transportem mulheres a partir do sexto mês de gestação e até 30 (trinta) dias após o parto.

Com este escopo, trata o referido projeto de lei de dobrar a quantidade de vagas reservadas em estacionamentos públicos já prevista em benefício de veículos que transportem pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção no art. 7º da referida lei (que seria então alterada, em percentual mínimo, de dois para quatro por cento do total, respeitando-se o número

absoluto mínimo de duas vagas reservadas em lugar de somente uma em cada estacionamento), além de dispor que tal reserva passaria a contemplar não apenas pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção, mas também mulheres a partir do sexto mês de gestação e até 30 (trinta) dias após o parto, do que resultaria que a utilização das vagas reservadas passaria a ocorrer de forma compartilhada por veículos que transportem pessoas de todos os referidos grupos de pessoas beneficiárias.

Prevê-se ainda no bojo do mencionado projeto de lei que a lei almejada entrará em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Por despacho da Mesa Diretora desta Câmara dos Deputados, a aludida proposição encontra-se distribuída para análise e parecer à Comissão de Desenvolvimento Urbano, a esta Comissão de Seguridade Social e Família e às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno desta Casa), devendo tramitar em regime de prioridade, sujeitando-se à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Posteriormente, foi determinada, para o fim de tramitação conjunta nesta Casa com o mencionado Projeto de Lei nº 3.275, de 2015, a apensação dos Projetos de Lei nºs 4.548, 4.986, 5.034 e 5.941, todos de 2016.

Vê-se que o Projeto nº 4.548, de 2016, apresenta conteúdo semelhante ao do Projeto de Lei nº 3.275, de 2015, porém deste se distingue basicamente por estipular o seguinte: que a reserva de vagas desenhada se dará em todas as áreas de estacionamento abertas ao público, de uso público ou privado de uso coletivo ou em vias públicas; que se dobrarão o percentual e o número mínimos de vagas reservadas em cada área de estacionamento (aumentando-se de dois para quatro por cento do total e de uma para duas vagas no mínimo), sendo que cada metade da reserva prevista será destinada a beneficiar separadamente pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade e os demais grupos de pessoas: mulheres gestantes após o terceiro mês do período gestacional e lactantes até o sexto mês após o parto.

Por seu turno, o Projeto nº 4.986, de 2016, também materialmente semelhante ao do Projeto de Lei nº 3.275, de 2015, prevê o uso compartilhado das vagas reservadas em áreas de estacionamento de veículos públicas para veículos que transportem pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade também por veículos que transportem gestantes e pessoas adultas acompanhadas de criança de até um ano e meio de idade, além de enunciar que o percentual mínimo de vagas reservadas (de que trata o atual art. 7º da lei mencionada) seria aumentado de dois para três por cento, sendo previsto ainda o número mínimo de uma vaga por cada grupo beneficiário aludido.

Já o Projeto nº 5.034, de 2016, cuidando igualmente de oferecer conteúdo similar ao do Projeto de Lei nº 3.275, de 2015, deste se diferencia, em suma, por estipular o seguinte: que a reserva de vagas desenhada se dará em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, bem como em áreas de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo; que, além das pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade (que são designadas por pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção), a reserva projetada também beneficiará gestantes e pessoas acompanhadas de crianças de até 2 (dois) anos de idade, mantendo-se, contudo, intactos o percentual do total e o número mínimo de vagas reservadas estipulados para os veículos que transportem pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade, mas se fixando o percentual mínimo reservado do total de três por cento das vagas e o número mínimo absoluto de uma vaga em benefício dos grupos de gestantes e pessoas acompanhadas de crianças de até 2 (dois) anos de idade que se pretende beneficiar.

Por sua vez, o Projeto nº 5.941, de 2016, cuidando de oferecer conteúdo próximo ao do Projeto de Lei nº 3.275, de 2015, deste se diferencia, em resumo, por dispor o seguinte: que a quantidade reservada de vagas já prevista em benefício de pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção no art. 7º da referida lei passaria a ser, em percentual mínimo, de cinco por cento do total, respeitando-se o número absoluto mínimo de duas

vagas reservadas em lugar de somente uma em cada estacionamento –, além de dispor que tal reserva passaria a beneficiar, não apenas pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção, mas também mulheres gestantes e pais ou responsáveis acompanhados de crianças com idade inferior a 2 (dois) anos, de modo que ocorreria a utilização das vagas reservadas, pela ausência de previsão de separação por grupos beneficiários, de forma compartilhada por veículos que transportem pessoas de quaisquer dos aludidos grupos de pessoas.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano, deliberou-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.275, de 2015, e do PL 4.986/2016, apensado, na forma de substitutivo, e pela rejeição do PL 4.548/2016, do PL 5.034/2016, e do PL 5.941/2016, apensados.

No texto do referido substitutivo daquela Comissão, prevê-se o estabelecimento de reserva de vagas em estacionamentos públicos ou particulares de uso público, em caráter absolutamente separado, ou seja, sem qualquer prejuízo da já legalmente prevista em benefício das pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade, para veículos que transportem gestantes a partir do sexto mês de gravidez, mulheres no puerpério de até trinta dias pós-parto e adultos acompanhando crianças de até um ano e meio de idade.

Essa nova reserva de vagas ali desenhada restaria fixada da seguinte forma: exigência de número de vagas reservadas em percentual correspondente a um por cento para veículos que transportem gestantes a partir do sexto mês de gravidez, mulheres no puerpério de até trinta dias pós-parto e adultos acompanhando crianças de até um ano e meio de idade para uso de forma compartilhada por membros desses grupos de pessoas a serem beneficiadas, assegurando-se, todavia, a existência, no mínimo, de uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes, para veículos que transportem integrantes de cada um dos novos segmentos a serem contemplados: gestantes a partir do sexto mês de gravidez, mulheres no

puerpério de até trinta dias pós-parto e adultos acompanhando crianças de até um ano e meio de idade.

Além disso, cuida o substitutivo em comento de adequar a redação do inciso XX do art. 181 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 1997), a fim de que passe a ser considerada infração administrativa de trânsito sujeita às medidas legais já previstas também a conduta de estacionar o veículo em vagas reservadas a gestantes, mulheres no puerpério e adultos acompanhando crianças de até um ano e meio de idade sem credencial que comprove tais condições.

Também é mencionado no aludido substitutivo, a respeito da cláusula de vigência, que a lei almejada entrará em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação oficial.

Consultando os dados relativos à tramitação da referida matéria legislativa principal no âmbito desta Comissão (Projeto de Lei nº 3.275, de 2015), observa-se que o prazo concedido para oferecimento de emendas se esgotou sem que qualquer uma delas houvesse sido ofertada em seu curso.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de Seguridade Social e Família, nos termos do disposto no art. 32, *caput* e inciso XVII, alíneas “r” e “t” do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados, pronunciar-se sobre o mérito de matérias legislativas relativas à família, à mulher, ao nascituro, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência, bem como que digam respeito a assistência oficial, inclusive a proteção à maternidade, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência.

E, como as modificações legislativas propostas no âmbito dos projetos de lei em tela e do substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano dizem respeito à mulher, ao nascituro e à criança,

assim como à ação do Estado para oferecer proteção à maternidade e à infância, cabe a esta Comissão sobre o mérito das referidas propostas legislativas se manifestar.

Nessa esteira, é de se verificar que o conteúdo principal emanado das aludidas proposições se afigura judicioso, merecendo, por conseguinte, prosperar com as adaptações necessárias.

Sobre tal matéria versada no âmbito dos projetos de lei em exame e no substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, é de se verificar que já há, no tocante à pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, a especificação em lei federal de reserva de vagas em áreas de estacionamentos públicos e privados, consoante o que prevê o teor combinado dos artigos 7º da Lei nº 10.098, de 2000, e 47 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) transcritos a seguir:

“Art. 7º Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

Parágrafo único. As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.”

“Art. 47. Em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas, devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, desde que devidamente identificados.

§ 1º As vagas a que se refere o *caput* deste artigo devem equivaler a 2% (dois por cento) do total, garantida, no mínimo, 1 (uma) vaga devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade.

§ 2º Os veículos estacionados nas vagas reservadas devem exibir, em local de ampla visibilidade, a credencial de beneficiário, a ser confeccionada e fornecida pelos órgãos de trânsito, que disciplinarão suas características e condições de uso.

§ 3º A utilização indevida das vagas de que trata este artigo sujeita os infratores às sanções previstas no inciso XX do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

§ 4º A credencial a que se refere o § 2º deste artigo é vinculada à pessoa com deficiência que possui comprometimento de mobilidade e é válida em todo o território nacional.”

Ao lado dessa reserva de vagas já instituída pelos dispositivos legais anteriormente transcritos e com escopo de proteção semelhante, afigura-se certamente apropriado instituir nova reserva de vagas – em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas – em percentual do total e número absoluto mínimo delas com vistas à proteção da gestação e da maternidade, do nascituro e da infância em tenra idade. Isto porque, além da capacidade de mobilidade por vezes se encontrar reduzida em momentos da gestação e pós-parto para a gestante ou mãe no puerpério e no início da primeira infância para a criança em tenra idade, há ainda a necessidade de se acautelar com vistas à preservação da saúde e da vida da mulher na gestação e no pós-parto, do nascituro e da criança em seus primeiros momentos de vida.

A partir desta premissa, impõe-se, em consequência, verificar em quais períodos há de incidir a proteção concernente à reserva de vagas em áreas de estacionamento destinadas à mulher no curso da gestação e pós-parto e à criança em tenra idade.

A esse respeito, avalia-se que a mulher merece ser alvo da proteção em comento a partir do início do sexto mês de gestação, que é quando se passa via de regra a notar dificuldades mais relevantes para a sua mobilidade daquela e também se elevam os riscos associados à gravidez, não só para a saúde da gestante, mas também para a vida do nascituro. Também cabe conferir tal proteção à mulher em período pós-parto, no qual a reserva de

vagas em comento permanece justificável e de grande valia em virtude da fase de recuperação da mulher vivenciada no período puerperal.

É razoável ainda estender o benefício de vagas reservadas em estacionamentos à criança desde o nascimento e até que complete um ano e meio de vida, visto que, ao redor desta idade, é que as crianças passam a andar, locomovendo-se com mais segurança sem o auxílio de outrem, o que reduz os esforços não só dos pais, mas de qualquer outra pessoa a quem sejam tenham sido confiados os cuidados e companhia para realizar deslocamentos. Assim, a criança até ultrapassar a idade de um ano e meio de vida, sendo conduzida e transportada em veículos pelos pais, avós ou mesmo outras pessoas, também deve se beneficiar do uso de vagas reservadas em estacionamentos para os veículos que as transportem.

Quanto ao percentual mínimo obrigatório de vagas a serem reservadas em cada área de estacionamento para esses novos grupos de pessoas beneficiárias referidos, acredita-se ser bastante razoável o número de um por cento das existentes.

Já quanto ao número absoluto mínimo, que será voltado para áreas de estacionamento de tamanho menor, é de assinalar que se afigura apropriada a reserva de apenas uma vaga em benefício de todos os grupos que se pretende contemplar: mulheres gestantes, mães no puerpério e crianças até um e meio de idade. Do contrário, poder-se-ia absurdamente, numa pequena área de estacionamento com dez vagas ou menos, de se ter de trinta por cento a até cem por cento das vagas reservadas apenas com o escopo de beneficiar mulheres no curso da gestação e no pós-parto e crianças de até um e meio de idade.

Especificamente no que concerne à cláusula de vigência, vale registrar que impende, com apoio na necessidade de disponibilização de tempo razoavelmente suficiente para a adaptação de estacionamentos de veículos às normas que se busca erigir – o que exigirá esforços e providências do Poder público e de empresas, condomínios ou administradores de estacionamentos privados abertos ao público em geral –, determinar que o início da lei almejada

ocorrerá após o decurso de razoável período de tempo após a respectiva publicação oficial.

Nessa esteira, considera-se judiciosa a adoção de cláusula de vigência nos moldes propostos no âmbito do substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, que prevê que a lei almejada entrará em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação oficial.

Também é de grande valia se proceder à adaptação do texto do inciso XX do art. 181 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), a fim de que ali se passe a considerar como infração administrativa de trânsito sujeita às medidas legais elencadas também a conduta de se estacionar o veículo em vagas reservadas a veículos que transportem gestantes, mulheres no puerpério e crianças de até um ano e meio de idade sem credencial que comprove tais condições. Com efeito, a tipificação clara e precisa da infração administrativa e o consequente estabelecimento das sanções aplicáveis no caso de descumprimento da obrigação de não fazer daquela decorrente são necessários para se obter segurança jurídica e evitar comportamentos que visem a burlar a nova reserva de vagas que se cuidará de instituir.

Assinale-se, ademais, ser conveniente que as modificações legislativas que levem ao aperfeiçoamento do ordenamento jurídico em função das matérias legislativas em apreço sejam efetivadas mediante os ajustes necessários no texto do substitutivo que foi adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Cabe apontar que merece reparo no texto desse referido substitutivo a eleição como beneficiário de vagas reservadas em áreas de estacionamento “adultos que estejam acompanhando criança de até um ano e meio de idade” ao invés de simplesmente “crianças de até um ano e meio de idade”. Ora, não se deve confundir o condutor do veículo ou mesmo outro adulto acompanhante da criança com aquele que é ou deve ser o real beneficiário, qual seja, a criança. Além disso, a palavra “adulto” utilizada carrega em si conceituação um pouco vaga ou imprecisa e se revelaria, portanto, inadequada, a *priori*, para emprego em redação de leis.

Diante do exposto, votamos, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 3.275, de 2015, e 4.986, de 2016, o Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, nos termos do substitutivo anexo, bem como pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 4.548, 5.034 e 5.941, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputada MARA GABRILLI

Relatora

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3275, DE 2015.

Altera o art. 7º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e o inciso XX do caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “Institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para estabelecer reserva de vagas em áreas de estacionamentos de veículos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 7º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e o inciso XX do caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre reserva de vagas em áreas de estacionamento de veículos em benefício de gestantes a partir do sexto mês de gestação, mulheres no puerpério até trinta dias após o parto e crianças de até um ano e meio de idade.

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Sem prejuízo do disposto no art. 47 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, devem ser reservadas, em todas as áreas de estacionamento de veículos aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas, vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, a veículos que transportem:

I - gestante a partir do sexto mês de gestação;

II - mulher no puerpério até trinta dias após o parto; ou

III - criança de até um ano e meio de idade.

§ 1º As vagas a que se refere este artigo devem ser devidamente sinalizadas e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade e corresponder, no mínimo, a um por cento do

total, garantindo-se, no mínimo, a disponibilidade de uma vaga em cada estacionamento para veículos que transportem pessoas de qualquer dos segmentos referidos nos incisos I a III do caput deste artigo: gestantes a partir do sexto mês de gestação, mulheres no puerpério até um mês após o parto e crianças de um ano e meio de idade.

§ 2º Os veículos estacionados nas vagas reservadas devem exibir, em local de ampla visibilidade, a credencial de beneficiário, a ser confeccionada e fornecida pelos órgãos de trânsito, que disciplinarão suas características, condições de uso e expiração de sua validade, observados os critérios estabelecidos no caput deste artigo.

§ 3º A utilização indevida das vagas de que trata este artigo sujeita os infratores às sanções previstas no inciso XX do caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

§ 4º A credencial a que se refere o § 2º do caput deste artigo é vinculada à mulher ou à criança e é válida em todo o território nacional. (NR)”

Art. 3º O inciso XX do caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 181.

.....

XX - nas vagas reservadas às pessoas com deficiência, idosos, gestantes, mulheres no puerpério ou crianças de até um ano e meio de idade, sem credencial que comprove tais condições:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa;

Medida administrativa - remoção do veículo.

..... (NR)”

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputada MARA GABRILLI

Relatora